

ENTREVISTA DA SEMANA
 Luciana Santos - Ministra da Ciência e Tecnologia e Inovação do Brasil
 "A ciência é a solução para os problemas do dia a dia do povo brasileiro"

Pág. 3



CONLUIO E FRAUDE



Emanuel Pinheiro faz denuncia e AGU vai investigar suspeita de fraude em licitação do BRT - Pág. 5

DELAÇÃO DO SILVAL



Consórcio Arena Pantanal é condenado a devolver R\$ 12 milhões aos cofres do estado - Pág. 7

DECISÃO POLÍTICA



Mendes quer que STF suspenda julgamento e espere que Congresso decida questão do Marco Temporal

Preocupação do governador de MT é que a confirmação da inconstitucionalidade do marco temporal pode elevar o percentual de 14% para 27% do território brasileiro que pode ser considerado terra indígena - Pág. 5

INCLUSÃO DIGITAL



Deputados aprovam Projeto de incentivo à educação tecnológica para idosos

Considerado um grande avanço nas políticas públicas para a população de maior idade de Mato Grosso, o projeto de lei 492/2021 foi aprovado pelo plenário da Assembleia Legislativa e aguarda sanção governamental

Acompanhar a evolução tecnológica, que acontece de forma cada vez mais acelerada, é um desafio, sobretudo, para os idosos. Com a finalidade de promover a inclusão digital dos mato-grossenses com mais de 60 anos, a Assembleia Legislativa aprovou, em segunda votação, o projeto de lei 492/2021, que cria política pública de incentivo e educação tecnológica para a terceira idade, denominada "Terceira Digital".

Entre os principais objetivos da proposta, constam: incentivar a terceira idade a utilizar as tecnologias novas, colaborar para a aprendizagem de utilização das ferramentas digitais e promover a inserção da terceira idade no mundo virtual. [Leia mais na página 8](#)

TROCO TARDIO

Michelly culpa Dr. Luiz Fernando pelo fracasso da abertura da CPI do Calote na Câmara de Cuiabá



A parlamentar lembrou que o colega está passando pela mesma situação que ela enfrentou no início do ano com a sua proposta da CPI da qual ele retirou a assinatura depois de ter apoiado a iniciativa
 Pág. 4

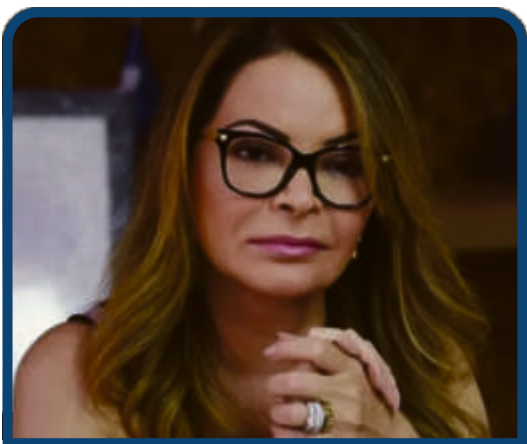
CHARGE DA SEMANA



Grandes estratégias de marketing merecem um veículo multimídia mais eficiente



Sua mídia ao alcance do seu público alvo. Anuncie com a gente!



Virginia Mendes
Economista e primeira-dama de Mato Grosso

“ **A primeira e mais importante mensagem do Setembro Amarelo é que todos nós temos emoções. Somos seres humanos, não máquinas. Todos passamos por momentos difíceis, enfrentamos desafios e lidamos com pressões em algum momento de nossas vidas.** ”

Setembro Amarelo

A cada ano, o mês de setembro se pinta de amarelo, não apenas pelas flores que anunciam a primavera, mas também pela importante campanha de conscientização conhecida como Setembro Amarelo. Esse é um período em que o mundo inteiro une forças para discutir um tema crucial, mas frequentemente negligenciado: a saúde mental e a prevenção do suicídio.

Em nossa sociedade, ainda existe um estigma em torno de questões de saúde mental. Falar sobre emoções, depressão, ansiedade e pensamentos suicidas é visto por alguns como sinal de fraqueza. No entanto, a campanha Setembro Amarelo nos convida a repensar essa mentalidade e a reconhecer a coragem que reside na vulnerabilidade. Só para se ter uma ideia, em 2022, somente em Mato Grosso, 299 pessoas tiraram a própria vida. Neste ano, 131 vidas foram interrompidas por suicídio.

É necessário falar mais sobre o assunto. A palavra suicídio é constantemente evitada, mas vale um alerta: precisamos criar espaços para falar do assunto e promover o quanto viver é maravilhoso, uma dádiva. A primeira e mais importante mensagem do Setembro Amarelo é que todos nós temos emoções. Somos seres humanos, não máquinas. Todos passamos por momentos difíceis, enfrentamos desafios e lidamos com pressões em algum momento de nossas vidas. A pressão de "ser forte" o tempo todo não é saudável e, muitas vezes, pode levar a um acúmulo de tensões emocionais que se tornam insuportáveis.

É fundamental entender que não estamos sozinhos em nossas lutas emocionais. Milhões de pessoas em todo o mundo passam por circunstâncias difíceis e desafios mentais. É por isso que a comunicação é essencial. O Setembro Amarelo incentiva as pessoas a falar abertamente sobre os sentimentos, a ouvir atentamente os outros e a oferecer apoio quando necessário.

Além disso, a campanha enfatiza a importância de reconhecer os sinais de alerta. Mudanças de comportamento, isolamento, expressões de desesperança - esses são sinais de que alguém pode estar lutando emocionalmente. Não devemos subestimar o poder de uma conversa, de perguntar a alguém como



ele ou ela está se sentindo e oferecer um ombro amigo.

A prevenção do suicídio não é responsabilidade exclusiva de profissionais de saúde mental; é uma responsabilidade coletiva. Precisamos criar uma cultura de apoio emocional e compreensão mútua. Isso começa por educar a todos sobre a importância do 'Setembro Amarelo' e como ele pode salvar vidas, porém podemos tornar esse cuidado uma rotina diária.

Neste mês amarelo, convido a todos a refletirem sobre como podemos contribuir para essa causa. Pode ser tão simples quanto compartilhar informações sobre recursos de apoio ou oferecer uma palavra gentil a alguém que você suspeita estar sofrendo emocionalmente. Juntos, podemos transformar a sociedade em um lugar mais compreensivo e solidário.

Portanto, vamos lembrar que nossas emoções são uma parte essencial de nossa humanidade. Vamos abraçar a vulnerabilidade como uma força, não uma fraqueza. E, mais importante, vamos estender a mão aos que precisam, porque, afinal, todos nós merecemos apoio e compreensão em nossa jornada emocional.

Faço um convite a todos se envolverem na conversa sobre saúde mental. Seja através de um bate-papo com um amigo, compartilhando recursos ou até mesmo participando de eventos e iniciativas locais, cada um de nós pode fazer a diferença. A prevenção do suicídio é uma responsabilidade compartilhada e, juntos, podemos criar uma sociedade mais compreensiva e solidária.

Vale frisar, que o mês de setembro é uma lembrança de que nossa humanidade é marcada por altos e baixos emocionais. É um chamado à ação para tornarmos esses momentos difíceis menos solitários e mais suportáveis. Vamos transformar este mês em um momento de esperança, compaixão e cuidado.

Busque ajuda profissional, isso é importante, o Centro de Valorização da Vida (CVV) por meio do número 188 está sempre a disposição para atender os chamados. Lembre-se que você não está sozinho (a)!

Virginia Mendes
é economista e primeira-dama de MT

EDITORIAL

Para que servem os Poderes Legislativos?

O sistema brasileiro de repartição de poderes dos governos nas três esferas segue um padrão inspirado nas organizações democráticas e republicanas desenvolvidas a partir do fim das monarquias a partir do Século 18. A divisão de poderes entre Executivo, Parlamento e Judiciário surgiu da necessidade de contrabalançar a força e ampliar as esferas de decisão e controle dos negócios do Estado (Nação, Estados e Municípios). Ou seja, para substituir a figura do Rei, do Monarca, do Imperador que detinha antes, o poder supremo.

Teoricamente, os Poderes Legislativos (Assembleias e Câmara Federal e Senado) são as Casas do Povo, responsáveis pela fiscalização e controle externo dos outros dois poderes, o Executivo e o Judiciário em nível nacional e estadual. Já as Câmaras Municipais exerceriam as mesmas atribuições em relação ao Executivo local, mas sem poderes para agir diretamente em relação aos demais níveis de governança.

Outra função fundamental dos Legislativo e constitucionalmente estabelecida é a de legislar. Ou seja, cabe ao Poder Legislativo, propor, apreciar e aprovar leis que produzam melhor organização da vida cotidiana dos cidadãos, assegurem direitos, estabeleçam deveres, criem políticas públicas, promovam e organizem o desenvolvimento e o equilíbrio socio-econômico e a segurança da população. Leis estas pelas quais, o Executivo e o Judiciário devem balizar suas ações e observarem rigorosamente a fim de que seus resultados sejam alcançados conforme a vontade do povo que elegeu os parlamentares.

Dito dessa maneira, parece um arranjo bem adequado, efetivamente democrático e civilizado. Mas, a realidade é que não é assim. Pelo menos não no Brasil.

Aqui, por uma deturpação crescente promovida por lobbies, ajuntamento de interesses de grupos de privilegiados, de associações de corporações e infiltração de aventureiros nas instituições de Governo em todos os seus três níveis, o

“ **Os Poderes Legislativos vivem um dos seus piores momentos na história da democracia brasileira. Ou estão contaminados pelo lobismo irrefreado e pelo sectarismo ideológico ou estão perdidos na subserviência conivente aos poderes Executivo por interesse individual de grupos de parlamentares** ”

que deveria ser um mecanismo de equilíbrio e justiça no exercício do Poder de Estado sobre o conjunto da sociedade brasileira vem se tornando um campo de disputa para a construção de feudos e mecanismos de opressão piores em muitos sentidos do que aqueles que foram derrubados pelas revoluções burguesas e proletárias que destituíram as monarquias ocidentais há mais de dois séculos.

Os Poderes Legislativos vivem um dos seus piores momentos na história da democracia brasileira. Ou estão contaminados pelo lobismo irrefreado e pelo sectarismo ideológico ou estão perdidos na subserviência conivente aos poderes Executivo por interesse individual de grupos de parlamentares descompromissados com os deveres basilares da função para a qual foram elei-

tos: aqueles que pugnam para a defesa do interesse da coletividade, o serviço à vontade sociedade, o exercício inalienável da ética pública e do dever cívico, a promoção indispensável da transparência.

É, pois apenas um sintoma da deterioração e abandono dos princípios do dever de bem representar o povo em sua soberana vontade que se “colou” à Câmara Municipal de Cuiabá a pecha vergonhosa de “Casa dos Horrores” e que, há anos, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso se debate para livrar-se da reducionista imagem de “puxadinho” do Palácio Paiguás, sede do Poder Executivo no Estado.

Apenas os próprios parlamentares podem mudar esta realidade nada edificante. Para tanto, devem começar já a atuarem na forma positiva do corporativismo próprio do colegiado ao qual pertencem a fim de resgatarem a soberania, a potência e altivez concedidas ao seus cargos pelos verdadeiros detentores do Poder, os cidadãos que os elegeram.

Maykom Milas

EXPEDIENTE

copopular.com.br

DIRETOR
Maykon Milas

DEPTO COMERCIAL
3052-6030 / 3052-6031

DIRETORA FINANCEIRA
Thayla Moraes

FOTOS
Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE
Kleber Simioni

CHARGE
Fred

PAUTA
redacaocopopular1@gmail.com
admcpopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

PINGA FOGO



PRIMEIRA-DAMA "INDÍGENA"

Em vídeo publicado esta semana em suas redes sociais, a primeira-dama de Mato Grosso, Virgínia Mendes surpreendeu seus seguidores ao surgir vestida com trajes festivos do povo Hailiti-Pareci. A primeira-dama foi clicada na Aldeia Wazare, em Tangará da Serra, que funciona como um centro receptivo turístico para quem deseja conhecer as paisagens exuberantes da reserva Pareci e um pouco da cultura da etnia. Vale ressaltar que, neste segundo mandato do marido, dona Virgínia Mendes tem, de fato, dedicado especial atenção aos povos indígenas, não perdendo oportunidades de estar em suas aldeias e de levar ações sociais do Poder Público estadual em benefício para as comunidades de povos nativos de Mato Grosso.

DEFESA DOS SEM-TETO



O deputado Valdir Barranco (PT) foi o único parlamentar que demonstrou preocupação e foi ver de perto a situação enfrentada pelos moradores do acampamento de sem-tetos Lula Brasil, que ocupa uma área na região do Contorno Leste, em Cuiabá e que na quinta-feira, 14, acabou sendo alvo de violência policial. O grupo trava uma disputa com o Governo do Estado pela área e estava cercado por um pelotão da Tropa de Choque da PM que dava cobertura a oficiais de Justiça que tinha ordem para desativarem um poço artesiano, destruírem a caixa d'água e retirar as cerca de cinco mil pessoas que estão no local. O deputado foi aplaudido ao defender os sem-teto. "Nunca vi ninguém rico receber ordem de desativação de poço artesiano ou o que valha. Nem vi tropa de choque desocupar com violência área ocupada ilegalmente por gente que tem dinheiro", afirmou o deputado petista ao cobrar das autoridades providências para resolver a questão de forma negociada. Infelizmente, o parlamentar só chegou no local depois que os policiais haviam disparado balas de borracha e agredido os manifestantes que tentavam impedir a obstrução do poço.

"TRANQUILONA"



A interventora do Estado na Saúde de Cuiabá, Daniela Carmona, disse estar "absolutamente tranquila" e despreocupada com a possibilidade da Câmara de Vereadores abrir uma CPI para investigar a denúncia feita pelo prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) de que o gabinete comandado por ela já causou um rombo nas contas da Secretaria Municipal de Saúde de mais de R\$180 milhões. Segundo Carmona, os vereadores cuiabanos teriam "outras prioridades" para investigar e que devem se preocupar em fiscalizar outras ações da administração de Pinheiro. Segundo a interventora, a denúncia feita pelo prefeito seria uma "falácia" e que não sabe "de onde ele tirou esses valores e essas informações [de rombo]". Nós já fizemos uma resposta e encaminhamos aos órgãos de controle informando que isso não procede" garantiu Daniela Carmona. O fato claro é: se há denúncia, tem que investigar. Não investigar é acobertar possíveis irregularidades. Logo, que venha a CPI para colocar tudo em pratos limpos, pois é o que esperamos os cidadãos cuiabanos.

DEFENSORES DO AGROTÓXICO



O deputado Wilson Santos (PSD) reagiu a afirmação da deputada Janaina Riva, feita em um vídeo postado em suas redes sociais, de que ele estaria propondo um projeto de lei para inviabilizar a agricultura familiar no pantanal. "É conversa fiada, o que eles querem é abrir a porteira para que a soja, o agrotóxico destrua esse bioma espetacular. E eu vou fazer esse enfrentamento aqui", afirmou o deputado. O projeto de lei proposto por Santos, de fato, busca resguardar o bioma do avanço de grandes lavouras como as de soja, milho e algodão, que já são hoje responsáveis pela deterioração de mananciais do entorno do pantanal e em outros biomas do estado. A resistência de alguns parlamentares à proposta de Santos deixou o parlamentar indignado. "O que eles querem é abrir a porteira do pantanal para o agronegócio para fazerem o que já fazem no resto do estado. Mas, aqui não. É preciso respeitar. É um bioma ímpar, é um patrimônio da humanidade, tem que ter limite. Nós queremos por limite", assegurou o "galinho".

ACORDO VANTAJOSO



O ex-presidente do MT Saúde, Yuri Alexey Vieira Bastos Jorge, fechou um acordo pra lá de vantajoso com o Ministério Público Estadual (MPE) para se livrar de um processo em que poderia ser obrigado a devolver mais de R\$3 milhões aos cofres do estado por irregularidades praticadas durante sua gestão na autarquia pública. Pelo acordo, Yuri Bastos Jorge vai devolver apenas R\$180 mil. O acordo de não persecução cível foi homologado pelo juiz Bruno D'Oliveira Marques, da Vara Especializada em Ações Coletivas. A decisão foi publicada nesta quinta-feira, 14. Na ação agora extinta, Yuri Bastos teria operado um suposto esquema de desvio de dinheiro público no MT Saúde entre 2005 e 2006 por meio de contratação direta, sem processo licitatório, da empresa Connectmed Consultoria, Administração e Tecnologia em Saúde. O valor pago por Yuri Bastos corresponde a três alterações contratuais entre a Connectmed e o MT Saúde no valor de R\$ 60 mil cada uma. Sem correção e nem juros. Saiu barato. Baratíssimo, para ele. E caro, caríssimo, para o bolso do contribuinte lesado na falcatura. Assim segue a caravana...

Luciana Santos - Ministra da Ciência e Tecnologia e Inovação do Brasil

"A ciência é a solução para os problemas do dia a dia do povo brasileiro"



Foto: Assessoria

Terceira pernambucana a eleger-se deputada federal, primeira vice-governadora de Pernambuco e, desde janeiro deste ano, a primeira mulher a comandar o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI). Apesar da extensa trajetória profissional, Luciana Santos conta que ainda tem que batalhar para ser ouvida no mundo político. "A luta para as suas ideias prevalecerem é uma saga que tem que exercitar", afirma. "Até hoje tenho que conviver com a desconfiança dessa cultura machista." Filha de uma dona de casa e de um engenheiro eletricista e professor de matemática, foi por influência do pai - militante e preso político na ditadura militar - que ela filiou-se ao PCdoB, aos 17 anos, e decidiu estudar Engenharia Elétrica. Na entrevista a seguir, concedida à uma das revistas do Grupo Globo e editada pela redação do COPopular, a ministra Luciana Santos fala sobre os principais desafios à frente do MCTI e diz que o governo está sendo obrigado a "navegar em um apagão" na área de ciência e tecnologia, após sucessivos cortes de verba da pasta nos governos anteriores.

"Bolsonaro não se conformou e ainda botou uma medida provisória, que é inconstitucional, para que o recurso [do MCTI] fosse contingenciado até 2026. Foi um estrago gigantesco para a ciência e tecnologia brasileira."

Da Redação

CO Popular - Em julho o governo aprovou o reajuste para bolsas de mestrado, doutorado, pós-doutorado, iniciação científica, mas, ao mesmo tempo, houve a flexibilização da norma que agora permite que os bolsistas trabalhem em áreas diferentes de suas pesquisas. A senhora não considera importante a dedicação exclusiva à pesquisa?

Ministra Luciana Santos - A dedicação exclusiva é importante, foi o que revolucionou a qualidade pública nas universidades. Os bolsistas são produtores de conhecimento e ciência. Então temos que, de fato, reformular. Estamos abertos e querendo encontrar soluções e equações estruturantes a partir das possibilidades orçamentárias, que é o grande dilema que todos vivem. Alguns desses debates precisam ser feitos. Embora não seja ideal, teve reajuste que chegou a 200%, como da bolsa de iniciação científica. Outros, a 40%, porque fazia 10 anos que não tinha reajuste. A médio e longo prazo, temos que dar soluções à altura do que isso representa. Participei do Marco Legal da Ciência e Tecnologia, e acho que vai dar mais flexibilidades para remunerar melhor a produção científica. É um arranjo institucional que temos que formular melhor para poder garantir a dedicação exclusiva.

CO Popular - A senhora já falou sobre a importância de aumentar a participação de mulheres na ciência brasileira. Quais medidas o MCTI irá implementar para que isso aconteça?

Ministra Luciana Santos - A participação das mulheres na produção científica e tecnológica não é apenas uma questão de justiça e equidade, mas uma questão de excelência. Ao não incentivar ou valorizar talentos femininos, o país perde a diversidade de olhares que enriquecem a sua produção científica. Promover a inclusão no ambiente científico é tornar a sociedade um lugar mais diverso, equilibrado e justo. E é ampliar as possibilidades de enfrentar os desafios de nosso tempo. Por isso, temos investido na construção de políticas públicas que equilibrem o jogo. Há 10 anos, o programa Futuras Cientistas é exemplo de uma exitosa política de estímulo à participação das mulheres na ciência. Neste ano, durante a 75ª Reunião Anual da SBPC, em Curitiba, no Paraná, lançamos o novo edital do programa, uma iniciativa de imersão científica, que estimula a participação de professoras e alunas do Ensino Médio nas carreiras científicas e tecnológicas por meio da aproximação com instituições de ensino e pesquisa. São 470 bolsas disponíveis para todo o país. Outra iniciativa é o programa Mulheres Inovadoras, que apoia startups lideradas por mulheres e contribui para ampliar a representatividade feminina no cenário empreendedor nacional. Quer dizer, temos buscado, de forma transversal, dar conta desse desafio.

Pergunta - A senhora é a primeira mulher negra a comandar o ministério. Qual é a importância de finalmente termos uma mulher negra à frente desta pasta?

Ministra Luciana Santos - A gente vive um processo ainda de muita desigualdade racial no Brasil, fruto da construção econômica e social brasileira. Por isso que o racismo é algo estrutural. Estar no Ministério da Ciência e Tecnologia inspira, faz com que as pessoas se enxerguem naquele determinado lugar. Ou seja, você pode estar onde quiser que não vai ser esse preconceito que vai lhe impedir de seguir os sonhos, os seus anseios. Mas essa não é uma luta simples. É recheada de aspectos objetivos, porque a desigualdade no Brasil é um marco do nosso desenvolvimento. E quando junta o aspecto de classe com raça, é um duplo preconceito. Tem que ter muita compreensão daquele fenômeno para poder ter força de superação. O fato de ser a primeira aumenta a minha responsabilidade para dar conta, responder na devida altura o desafio, porque isso é uma afirmação dessa luta pela igualdade [da mulher preta, do povo preto]. E porque vai servir de referência para que a população preta brasileira possa se enxergar nesses espaços de poder político que podem transformar essa realidade de tão perversa.

CO Popular - Além de atuar na política, a senhora está na ciência, outra área extremamente masculina e branca. Quais foram as maiores dificuldades ao longo dessa trajetória?

Ministra Luciana Santos - Nunca sofri uma agressão explícita. Muitas vezes elas acontecem de maneira subliminar. Não foi fácil elas ser ouvida, ter a opinião respeitada no mundo das forças políticas. Você precisa ser acima da média. Foi uma construção árdua. Na Assembleia Legislativa, logo no início eu tinha 30 anos, então ainda tinha essa variável da juventude. Um deputado da minha base veio me abordar, pedir que eu adequasse o meu jeito de vestir, embora no estatuto da Assembleia não tivesse um código em relação às mulheres, só para homens. Não tinha nem banheiro para a mulher no plenário. Assumi em 1997 e, na minha época de deputada, só havia três deputadas, de um total de 49 deputados. Fui a décima mulher na história da Assembleia Legislativa de Pernambuco. Fui a terceira deputada federal da his-

tória do meu estado e a primeira vice-governadora. Essa luta para que as suas ideias prevaleçam, a sua influência, é uma saga que tem que exercitar. Depois fui líder da bancada do meu partido no Congresso Nacional. No meu tempo, eu era a única líder.

CO Popular - Ainda hoje é difícil?

Ministra Luciana Santos - Sem dúvida. Tenho que conviver com essa desconfiança de uma cultura machista. Mas compreender o fenômeno também te torna mais capaz de reagir, de intervir.

CO Popular - Considerando os cortes sistemáticos de investimento na ciência e tecnologia nos últimos anos, quais são os principais desafios à frente da pasta?

Ministra Luciana Santos - Vivemos nesse período mais recente um verdadeiro apagão na ciência e tecnologia, em termos de recursos e também de narrativa negacionista e obscurantista do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. O que ficou de legado é a volta da poliomielite, a volta do sarampo, porque se fez campanha contra a vacina. Então agora temos que afirmar o óbvio: que a ciência é a solução para os problemas do dia a dia do povo brasileiro, da iniquidade, da fome a assuntos mais estratégicos, do satélite à energia nuclear. São ciências que estão na vida das pessoas, mesmo que elas não saibam. Tem que fazer o debate, promover a popularização da ciência, a retomada da importância da vacinação e até de ir para a escola. Também houve corte drástico dos recursos para financiar a política de ciência e tecnologia. A academia, a comunidade científica e o setor produtivo se uniram para salvar o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia, principal ferramenta de financiamento da ciência e tecnologia brasileira. Existe desde a década de 1980, fruto da tributação de cadeias como do transporte, energia, petróleo e gás, e possibilitou o que a gente chama de fundo setorial da ciência e tecnologia. O ex-presidente contingenciou esse fundo. Embora o governo anterior tivesse uma base muito forte no Congresso Nacional, aprovaram a lei para resgatar o fundo. Ele vetou a lei e o Congresso derrubou o veto - o que não é simples, porque precisa de dois terços dos votos para derrotar um veto. Bolsonaro não se conformou e ainda botou uma medida provisória, que é inconstitucional, para que o recurso fosse contingenciado até 2026. Foi um estrago gigantesco para a ciência e tecnologia brasileira. Não se trata de substituir uma cadeira, um equipamento. É conhecimento, investimento de longo prazo. Houve uma evasão ainda maior de talentos brasileiros. A gente está tendo que navegar nesse apagão. A gente retomou de maneira muito célere a recomposição integral do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Ciências e Tecnologia, no segundo trimestre deste ano. E já executamos R\$3 bilhões só da parte reembolsável. Fora a parte que não é reembolsável, essa também já estamos executando R\$3 bilhões nos programas estratégicos. Elegemos alguns programas estratégicos. Colocamos no PAC R\$8 bilhões, que são 5 programas muito estruturantes para ciência e tecnologia, singulares no mundo, como é o caso do laboratório de máxima biossegurança, o NB4. Teremos um reator multipropósito, que vai produzir radioisótopos, tornando o Brasil autônomo em radiofármacos que hoje depende de importação. O déficit na balança comercial, só do Complexo Industrial de Saúde, hoje chega a 20 bilhões de dólares. Existe uma disputa geopolítica pelo domínio tecnológico. Basta ver a guerra que os americanos fazem com os chineses, por exemplo, para desenvolver a tecnologia 5G.

CO Popular - Há críticas de que a estratégia brasileira de inteligência artificial é insuficiente em termos de verba e diretrizes. Há alguma mudança prevista? E que tipo de regulamentação a senhora defende para a IA?

Ministra Luciana Santos - Estamos atualizando. A estratégia brasileira de inteligência artificial está dentro da estratégia brasileira de transformação digital, desenvolvida há pouco mais de 4 anos. É preciso ter parâmetros, porque o uso indevido da inteligência artificial pode ser perverso para a população. Não pode ser tão rígido que impeça o desenvolvimento, e nem tão aberto que possibilite o uso indevido. É feito o debate que se faz da internet. É preciso ter governança na internet, regulamentos, alguns limites. Essa é a grande polêmica. Agora, temos estratégias para IA em agricultura familiar, saúde, ou seja, no uso das cadeias produtivas para dar outro salto. Fizemos editais do setor público com o uso da inteligência artificial, com a ministra Esther Dweck, da Gestão e da Inovação. Abrimos 814 vagas, depois de 10 anos sem concurso público. No caso da pesca, por exemplo, vamos usar a inteligência artificial para melhorar o cadastramento dos pescadores e pescadoras, para terem os direitos previstos dessa atividade. O Ministério acompanha muito atentamente a dis-

cussão de inteligência artificial dentro do Senado, que tem um debate importante sobre isso.

CO Popular - O governo anunciou que vai investir R\$3,4 bilhões de reais no programa Mais Ciência na Amazônia, maior volume já investido em ciência na região. A ideia é fazer da região um polo mundial de biotecnologia? Esses recursos já estão sendo utilizados em algum programa?

Ministra Luciana Santos - Vamos abrir os editais agora no final de setembro, porque está dentro do nosso escopo dos programas do Fundo Nacional do Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia. Tem o objetivo de fazer o estudo da diversidade biológica e compatibilizar com o uso daquela determinada riqueza para diversas possibilidades, desde cosméticos, alimentos, ou até material combustível. São muitas possibilidades. Com relação à infraestrutura, já pode se habilitar a tudo que estiver repressado do sistema dentro da região amazônica, das universidades aos SisFIES, prefeituras, estados, parques tecnológicos. Por exemplo, passamos R\$10 milhões para a recuperação do Museu Emilio Goeldi. É aquela velha história: o carro está andando e a gente está trocando pneu. A mesma coisa vale para a questão da reindustrialização: todo projeto consistente já está disponível para a gente empenhar. Outra coisa que está em curso é o novo satélite com os chineses, um processo que vai ser decisivo para melhorar o monitoramento do desmatamento da Amazônia. Graças aos nossos satélites, temos os dados, mandamos para o IBAMA, com a ministra Marina Silva, mandamos para a Polícia Federal, e a gente reduziu em 42% o desmatamento da Amazônia esse ano. Até tem R\$140 milhões para transformação digital, capacitação digital, repatriação de talento, tudo isso já está disponível para ser executado.

CO Popular - Falando em satélites, o Programa Espacial Brasileiro sofreu um duro golpe com o acidente de Alcântara, que acabou de completar 20 anos e no governo anterior, a base passou a permitir que empresas internacionais atuassem lá. O Ministério pretende seguir com este modelo de relações com empresas internacionais?

Ministra Luciana Santos - Recentemente conseguimos fazer um lançamento com os coreanos. Queremos que a base se fortaleça cada vez mais como um espaço aéreo, a partir das relações que a gente estabelece com vários países. E a nossa perspectiva é fazer os investimentos. Hoje a Aeronáutica tem a gestão principal da base de Alcântara e estamos colocando recursos para ampliar e atrair essa grande capacidade de investimentos na área de veículos lançadores, que vai movimentar trilhões de dólares no mercado internacional. Queremos estar aptos para isso. O fato de termos conseguido lançar o foguete da Coreia nos afirma a capacidade de desenvolvimento da base de Alcântara.

CO Popular - Seu pai, engenheiro elétrico, foi também militante e preso político na ditadura militar. Quanto tempo ficou preso? E como foi para a senhora, ainda criança, conviver com isso?

Ministra Luciana Santos - Foi na década de 1970 e eu devia ter um pouco mais de 5 anos, então não me lembro bem. Ele ficou preso por três dias. Na época, meu avô, que foi operário e militante sindicalista, também do Partido Comunista, morava com a minha mãe. E ele prontamente tomou a providência de esconder os livros do meu pai, enterrou no quintal com a minha mãe. Mas o que salvou meu pai foi Paulo Cavalcante, advogado que foi cassado na ditadura, mas estava no DOI-CODI quando o papai foi recolhido. O papai foi retirado da sala de aula, ele era professor no ginásio pernambucano. E meus irmãos ficaram esperando ele voltar para casa. A minha mãe sofria muito porque não sabia o que dizer aos meninos. Felizmente ele não sofreu tortura física.

CO Popular - A escolha pela engenharia elétrica foi por influência do seu pai?

Ministra Luciana Santos - Ele nunca disse para a gente fazer engenharia, mas todos os filhos fizeram porque meu pai era uma figura muito forte na vida da gente. Tenho saudade. [Emociona-se]. Quando a gente estudava no ensino médio, ele dava aula para mim, meus irmãos e agregados todos os sábados. Mesmo que fôssemos de turmas diferentes, a gente passava o dia estudando. Era prazeroso estudar matemática. Ele que fez minha mãe estudar, a estimulou a terminar o ensino médio. E a gente se divertia e só tirava nota máxima em matemática no colégio. Errei uma única questão de matemática no vestibular. Trigonometria pra gente era trivial. E meu pai era marcante por ser muito dedicado e militante. Respirava e discutia política. Vivi nesse ambiente, convivi com ex-presos políticos na minha casa. Com 14, 15 anos, ficava na rede ouvindo aquelas conversas de um altruísmo muito grande, de dedicar a vida a uma causa. Então para mim foi natural optar pela filiação ao Partido Comunista, com 17 anos.

Acesse:
www.grupomilas.com.br



TROCO TARDIO

Michelly culpa Dr. Luiz Fernando pelo fracasso da abertura da CPI do Calote na Câmara de Cuiabá

A parlamentar lembrou que o colega está passando pela mesma situação que ela enfrentou no início do ano com a sua proposta da CPI da qual ele retirou a assinatura depois de ter apoiado a iniciativa

Da Redação

Fracassou a tentativa da bancada de oposição na Câmara de Cuiabá de instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Calote para investigar a dívida de R\$ 165 milhões da Prefeitura de Cuiabá com órgãos federais, como Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A proposta da CPI feita pelo vereador Dr. Luiz Fernando (Republicanos) obteve no final apenas assinaturas e foi sepultada ainda no nascedouro.

Durante coletiva na Câmara Municipal, a vereadora Michelly Alencar (UB) responsabilizou o autor da proposta, lembrando que parlamentar foi também um dos motivos pelos quais a CPI da Previdência não fosse instaurada. A comissão chegou a ser considerada aberta na terça-feira, 05, pois continha as assinaturas de nove vereadores no requerimento. No entanto, o vereador Kero Kero (Podemos) retirou a sua assinatura na última hora. Michelly considera que o vereador Dr. Luiz Fernando não foi suficientemente hábil para articular o apoio de mais vereadores à iniciativa.



Vereadora Michelly Alencar (UB) responsabiliza colega pelo erro da oposição na articulação que inviabilizou a instalação de mais investigação contra a gestão do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB)

“Vemos essas situações acontecendo recorrentemente aqui na Casa, pois, não é a primeira vez que isso vem acontecendo. Inclusive sou prova disso, porque a primeira a solicitar essa CPI com esse mesmo objeto fui eu! Mas lá atrás

apresentei no dia da leitura, lendo os nove nomes, alguns vereadores retiraram sua assinatura, inclusive, o vereador que propôs essa CPI. Agora é ele que acabou passando pela mesma situação”, resgatou a vereadora Michelly.

A parlamentar, portanto, já havia apresentado uma proposta de CPI que investigaria a falta de repasse da Prefeitura de Cuiabá para o MT Prev e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e não teve apoio do número exigido de colegas.

A vereadora negou que trabalhe exclusivamente para atrapalhar a gestão do prefeito Emanuel Pinheiro. Ela garante que seu 'grande alvo' tem sido combater aquilo que impacta negativamente a vida da população. Michelly assegurou que continuará assinando proposições que busquem combater a corrupção na gestão do prefeito cuiabano, apesar das 'movimentações contrárias', serem bem grandes.

“O meu grande alvo não é grupo político ou uma pessoa, meu grande alvo é tentar combater aquilo que impacta negativamente a vida da população. Hoje, nós, temos o fato que as pessoas, servidores, estão tendo descontos na folha de pagamento e esses descontos não estão sendo repassados. Venho recebendo várias mensagens de servidores dizendo que continuam tendo os descontos na folha de pagamento”, salientou a parlamentar.

“É triste, porque está acontecendo, não parou e os servidores estão sendo prejudicados. Agora vamos ver quais serão os próximos passos. Sigo assinando, porque estou comprometida com essa investigação, independente de quem propor”, assegurou.

Outro vereador que faz parte do grupo de oposição a Emanuel Pinheiro (MDB), na Câmara e que luta para instaurar uma comissão processo contra o gestor municipal, é o vereador Dilemário Alencar (Podemos). O vereador opositor destacou que, no caso específico do que já está sendo conhecido como a 'Lei do Calote', a dívida acumulada pela Prefeitura da capital com FGTS e INSS, se corrigida, pode chegar a quase R\$ 300 milhões, montante que os cuiabanos teriam que pagar até o ano de 2030.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Prefeitura de Cuiabá promove audiência para debater com a população a LOA/2024



Vereadora Michelly Alencar (UB) responsabiliza colega pelo erro da oposição na articulação que inviabilizou a instalação de mais investigação contra a gestão do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB)

Da Redação

A nova Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2024 será debatida com a população de Cuiabá em uma audiência pública agendada para segunda-feira, 18. O evento será realizado no Centro Comunitário do CPA I (Av. Joinville, 548 - CPA I), a partir das 19h.

A iniciativa visa ampliar a participação popular na definição das áreas prioritárias de investimentos dos recursos públicos do município. Ao todo, serão realizadas quatro etapas de debate, divididas por regiões estratégicas da capital.

Durante a audiência, os moradores da cidade poderão contribuir para a elaboração da peça orçamentária a ser executada ao longo do ano que vem. A audiência vai permitir aos técnicos do Executivo Municipal ouvirem os cidadãos e cidadãs, moradores dos bairros, seus anseios e principais demandas de cada regional.

O último debate ocorrerá no dia 20 de setembro. Os trabalhos são coordenados pela Secretaria Municipal de Planejamento. “Essas audiências têm como foco principal ouvir os principais anseios da população, além de ser um mo-

mento em que a Prefeitura pode prestar contas das metas estipuladas em 2023 e as previstas para 2024, reforçando toda preocupação com a transparência e permitindo que o cidadão acompanhe e fiscalize a aplicação dos recursos públicos”, disse o secretário municipal de Planejamento, Éder Galiciani.

A LOA é o instrumento de planejamento utilizado pelos governantes para gerenciar as receitas e despesas públicas em cada exercício financeiro. Ou seja, ela detalha o que foi aprovado pelos vereadores na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A Lei de Diretrizes Orçamentárias também serve de instrumento balizador do equilíbrio entre receitas e despesas, critérios e formas de limitação de empenho, normas relacionadas ao controle de custos e avaliação de resultados, além de condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

“Essas audiências têm como foco principal ouvir os principais anseios da população, além de ser um momento em que a Prefeitura pode prestar contas das metas estipuladas em 2023 e as previstas para 2024, reforçando toda preocupação com a

transparência e permitindo que o cidadão acompanhe e fiscalize a aplicação dos recursos públicos”, disse o secretário municipal de Planejamento, Éder Galiciani.

A receita total estimada para o próximo ano é de R\$ 4.324.838.453 (quatro bilhões, trezentos e vinte e quatro milhões, oitocentos e trinta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e três reais). Desse valor, R\$ 392.815.770,00 (trezentos e noventa e dois milhões, oitocentos e quinze mil e setecentos e setenta reais) são destinados às despesas de capital, referentes aos investimentos previstos. Esse montante corresponde à soma da receita corrente, proveniente da Fonte 500, com recursos de outras fontes.

Serviço:

REGIÃO NORTE
18/09 - Segunda-Feira - 19 Horas
Centro Comunitário do CPA I
Av. Joinville, 548 - CPA I

REGIÃO LESTE
20/09 - Quarta-Feira - 19 Horas
Centro Comunitário do Bairro Sol Nascente
Rua N, 100 - Sol Nascente

UNANIMIDADE

Contas de General Carneiro tem prévio favorável emitido pelo Plenário do TCE-MT



“Na execução orçamentária, quando comparada a receita arrecadada ajustada (R\$ 44,1 milhões) com a despesa realizada ajustada (R\$ 42,3 milhões), o Município apresentou superávit de R\$ 2,7 milhões”, salientou o relator.

Da Redação

Por unanimidade, o Plenário do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) emitiu parecer prévio favorável à aprovação das contas anuais de governo da Prefeitura de General Carneiro, referentes ao exercício de 2022. O balanço, sob relatoria do conselheiro Waldir Teis, foi apreciado na sessão ordinária.

Em 2022, a receita efetivamente arrecadada por General Carneiro foi de R\$ 43,8 milhões, sendo que as receitas tributárias próprias totalizaram R\$ 4,5 milhões (9,6%). “Na execução orçamentária, quando comparada a receita arrecadada ajustada (R\$ 44,1 milhões) com a despesa realizada ajustada (R\$ 42,3 milhões), o Município apresentou superávit de R\$ 2,7 milhões”, salientou o relator.

General Carneiro também demonstrou capacidade financeira suficiente para saldar os compromissos de curto prazo, visto que possui R\$ 5,7 milhões de disponibilidade financeira bruta.

Quanto aos limites e percentuais constitucionais e legais, restou

apurado que, na manutenção e desenvolvimento do ensino, foram aplicados 35,05% da receita base (mínimo 25%), nas ações e serviços públicos de saúde, 24,30% (mínimo 15%), e na remuneração dos profissionais da educação básica, 72,51% (mínimo 70%).

Os gastos com pessoal do Poder Executivo, Legislativo e do Município, corresponderam, respectivamente, a 28,08% (limite de 54%), 2,77% (limite de 6%) e 30,86% (limite de 60%) da Receita Corrente Líquida (RCL). Já os repasses ao Poder Legislativo foram equivalentes a 6,81% (limite 7%).

Frente ao exposto, seguindo parcialmente o parecer do Ministério Público de Contas (MPC), Waldir Teis votou pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas anuais de governo da Prefeitura de General Carneiro, referentes ao exercício de 2022, com recomendações. Seu posicionamento foi acompanhado por unanimidade.

DECISÃO POLÍTICA

Mendes quer que STF suspenda julgamento e espere que Congresso decida questão do Marco Temporal

Preocupação do governador de MT é que a confirmação da inconstitucionalidade do marco temporal pode elevar o percentual de 14% para 27% do território brasileiro que pode ser considerado terra indígena

■ | Da Redação

Em petição encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF), o governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (UB), pediu que a Corte interrompa o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365 com repercussão geral, sobre o marco temporal para a demarcação de terras indígenas.

A petição do governador foi protocolada na quinta-feira, 14. O objetivo é que o STF só julgue o caso após o Congresso Nacional legislar sobre o tema, via projeto de lei.

O julgamento do marco temporal vai decidir se os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam até a data de promulgação da Constituição, em 1988, ou se esse direito é anterior à criação do Estado brasileiro, cabendo à União demarcar e declarar os limites.

No documento, o governador relatou que o tema já está em discussão no Congresso Nacional, atualmente tramitando na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Além disso, o projeto que tramita no Senado prevê a participação da população indígena, da sociedade civil, municípios, estados e união para a definição da demarcação de terras, "com subsídio de estudos técnico-científicos e preservação do contraditório durante o procedimento".



Governador de Mato Grosso, Mauro Mendes enviou petição ao STF em que reivindica para o Congresso o poder de decisão sobre validade do Marco Temporal para a definição de novas áreas indígenas no país

"Ademais, há previsão de que, verificada a existência de justo título de propriedade ou de posse em área considerada necessária à reprodução sociocultural da comunidade indígena, a desocupação da área será indenizável", diz trecho da petição.

Ainda conforme o governador, a Constituição determina que as atividades de interesse econômico em terras indígenas só podem ser realizadas com autorização do Congresso Nacional, "o que já evidencia o poder-dever do Poder Legislativo na definição de critérios legais para tal modalidade de intervenção".

Mauro Mendes argumentou ainda que o projeto de lei em tramitação no Senado está em consonância com julgamento anterior do próprio STF, que definiu entendimento no sentido de que apenas seria reconhecidas como terras tradicionalmente ocupadas por indígenas "aquelas em que os povos originários habitavam, ou disputavam, em 5 de outubro de 1988, quando da promulgação da Constituição Federal".

"Eventual solução adotada pelo Poder Legislativo poderá ser esvaziada caso esta Suprema Corte prossiga com o julgamento deste tema da repercussão geral. Esse fato poderia, inclusive, ensejar nova apreciação da matéria pelo Poder Legislativo, o que somente aumentaria a indefinição sobre o tema e a insegurança jurídica a ela subjacente", justificou.

Para o governador, aguardar a definição do tema pelo Congresso Nacional é "crucial para a efetivação da vontade popular expressa por seus representantes eleitos, bem como para garantir um processo democrático e participativo na definição das regras que regerão a demarcação de terras indígenas".

"Uma decisão terminativa exarada mediante a atuação dialógica entre o legislativo e o judiciário garantirá, sem dúvidas, maior segurança jurídica à questão constitucional em debate, a qual, in casu, em razão das tensões sociais ensejadas pela demarcação pretendida, que reverberam em diversos setores da sociedade brasileira e em

todo o território nacional, necessita de sedimentação efetiva e duradoura", pontuou.

Mauro Mendes afirmou que a suspensão do julgamento é imprescindível para preservar o interesse da população indígena e de toda a sociedade, "bem como para evitar insegurança jurídica no tocante à demarcação de terras indígenas".

"Diante do exposto, requer-se a suspensão do julgamento da tese da repercussão geral até a conclusão do processo legislativo referente ao Projeto de Lei nº 2903/2023, em trâmite no Congresso Nacional", concluiu.

Os impactos

Com a possível derrubada do marco temporal, conforme dados da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o percentual do território brasileiro que será considerado terra indígena deve saltar de 14,1% para 27%, levando ao cancelamento dos títulos de propriedade de milhares de famílias que vivem no campo, cujos proprietários não serão indenizados pela terra perdida.

Caso o STF derrube o marco, além da insegurança jurídica do direito à propriedade, a previsão é que 1,5 milhão de empregos sejam perdidos no país e mais de R\$ 364 bilhões em prejuízo com a redução da produção agrícola.

Ainda é previsto um aumento significativo no preço dos alimentos e perda de US\$ 42,7 bilhões em exportações agrícolas.

Adiamento prejudica os povos nativos

Para o secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, o adiamento, por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), do julgamento a respeito da tese do marco temporal das terras indígenas abre brecha para o avanço de políticas que fragilizam territórios e incentivam conflitos e perseguição de lideranças indígenas.

Segundo ele, hoje muitos dos territórios são assediados por "milícias armadas", grandes fazendeiros e até por "narco-garimpeiros", o que coloca os povos nativos em risco. Ele avalia que o adiamento da decisão por parte dos ministros também poderá incentivar ainda mais o avanço de proposições legislativas para retirar direitos indígenas, como o Projeto de Lei 490/07, que busca consolidar em lei a tese do marco temporal, e o PL 191/20, que trata de mineração em terras indígenas.

CONLUIO E FRAUDE

Emanuel Pinheiro faz denuncia e AGU vai investigar suspeita de fraude em licitação do BRT

A denúncia aponta fortes indícios de que empresas de um mesmo grupo econômico montaram um conluio para fraudar a licitação que deu vitória ao consórcio liderado pela Nova Engevix

■ | Da Redação

A Advocacia-Geral da União (AGU) aceitou a denúncia apresentada pela Prefeitura de Cuiabá contra as empresas do Grupo Engevix, que, supostamente, praticaram conluio visando fraudar a licitação para a construção do BRT em Cuiabá e Várzea Grande. Documentos entregues pelo município cuiabano à AGU demonstram que a Nova Engevix tem conexão econômica com empresas do segundo grupo empresarial que concorreu na licitação, o Consórcio Mobilidade MT.

As empresas integram, portanto, um mesmo grupo econômico envolvido na execução de obras na Região Metropolitana da Grande Vitória, no Espírito Santo, e no município de Parauapebas (PA). A legislação veda que empresas economicamente vinculadas concorram entre si em licitações públicas.

Segundo a denúncia da Prefeitura, durante o processo licitatório para as obras



Defensor do VLT, o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB) patrocinou a denúncia que levou a AGU a abrir procedimento investigatório para apurar suspeita de fraude na licitação que pode barrar a construção do BRT

determinadas pelo Governo do Estado para implantar o BRT em Cuiabá e Várzea Grande, houve a participação de dois consórcios concorrentes. O primeiro, denominado "Consórcio Mobilidade MT", era composto pelas empresas Paulitec Construções Ltda e Trail Infraestrutura Ltda, enquanto o segundo, chamado "Consórcio Construtor BRT Cuiabá", era composto pelas empresas Nova Engevix, Heleno & Fonseca Construtécnica SA e Cittamobi Desenvolvimento em Tecnologia Ltda. Este último foi declarado vencedor, com um lance final de R\$ 468 milhões.

O Município de Cuiabá apresentou documentos que demonstram que as empresas Paulitec Construções e Nova Engevix fazem parte do mesmo grupo econômico, pois elas instituíram o "Consórcio PN Príncipe", responsável pelas obras do Portal do Príncipe, realizadas no Espírito Santo, e o Consórcio Igarapé Lajedo, responsável pelas obras no Município de Parauapebas (PA). Também foi mencionado que o Sr. Gustavo Garoli, que foi gerente e representante da empresa Paulitec Construções de setembro de 2017 a maio de 2022, atualmente ocupa o cargo de gerente de obras na Nova Engevix.



Obras do BRT em Várzea Grande: investigações poderão obrigar o Governo do Estado a suspender execução do projeto e até realizar nova licitação

Além disso, o Município de Cuiabá apontou a existência de uma complexa rede de influência entre autoridades estaduais de Mato Grosso, empresas pertencentes a familiares destas autoridades e conexões com as empresas vencedoras da licitação para o BRT de Cuiabá. Isso levanta suspeitas de conflitos de interesses na relação público-privada entre empresas, autoridades e familiares do governo estadual, conforme consta na denúncia.

Devido a essas alegações, o coordenador de acordos de leniência da AGU, Rafael Melo Carneiro, salientou que as conexões apontadas pela Prefeitura de Cuiabá, relativas a conflitos de interesses entre autoridades estaduais e empresas de engenharia, devem ser examinadas com cautela, uma vez que podem ter motivações políticas além das informações relevantes para o caso.

Ele também solicitou ao Município de Cuiabá mais provas para obter informações adicionais sobre o uso de recursos federais no processo licitatório do Regime Diferenciado de Contratação - RDC nº 047/2021 e concedeu à empresa Grupo Engevix um prazo para responder às alegações da Prefeitura de Cuiabá.



TODOS QUEREM SER LOCOMOTIVA, MAS DEPOIS FICAM RECLAMANDO POR TER DE PUXAR OS VAGÕES. MESTRE DeROSE



O QUERIDO E ANIMADO DJ VASCO NEVES



A PRIMEIRA DAMA DO ESTADO VIRGINIA MENDES SEMPRE ELEGANTE



IDÊ GUIMARÃES SEMPRE ELEGANTE



O APRESENTADOR DE TV JOÃO DE OLIVEIRA COMEMORANDO O ANIVERSÁRIO DE SUA MÃE A QUERIDA DONA JUDITH.



DRA. BIANCA DE SÁ TIMO MANINI DENTISTA RENOMADA DE NOSSA CAPITAL ESTÁ EM NOVO ENDEREÇO. RUA MANOEL FERREIRA DE MENDONÇA, 149, BANDEIRANTES. PARA AGENDAR E FAZER ORÇAMENTO, WHATSAPP (65) 99912-0000.



LEILA MALOUF E A EMPRESÁRIA ZILDA ZOMPERO EM EVENTO SOCIAL NA CAPITAL

ANUNCIE
E TENHA VISIBILIDADE
JORNAL CO POPULAR



ACESSE UM PORTAL DINÂMICO.
www.megapop.com.br

DOAÇÃO PELO BANCO ITAÚ
AGÊNCIA: 1130
C/C: 209116-4
CNPJ: 03.488.590/0001-31

DOAÇÃO PELO BANCO DO BRASIL
AGÊNCIA: 0046-9
C/C: 34603-9
CNPJ: 03.488.590/0001-31

TORNAR-SE UM VOLUNTÁRIO,
CONTRIBUINDO COM A
ADMINISTRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO EM
ALGUMAS DE NOSSAS ATIVIDADES.



Como você pode
AJUDAR A APAE?

PIX APAE CUIABÁ
cuiabá@apaemt.org.br



APAE
CUIABÁ - MT

DELAÇÃO DO SILVAL

Consórcio Arena Pantanal é condenado a devolver R\$ 12 milhões aos cofres do estado

Ficou comprovada a inexecução do contrato de prestação de serviços de tecnologia na Arena Pantanal e réus escapam de condenação por pagamento de propina por falta de provas

Da Redação

O Consórcio C.L.E Arena Pantanal, formado pelas empresas Canal Livre Comércio e Serviços Ltda e ETEL Engenharia Montagens e Automação Ltda foi condenado em processo administrativo da Controladoria Geral do Estado (CGE-MT) e da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra) a restituir o Poder Executivo Estadual o valor de R\$ 12,9 milhões.

A condenação foi gerada pelo prejuízo causado ao erário com a execução pela metade do Contrato nº 026/2013 da extinta Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo (Secopa). Pelo contrato, o Consórcio C.L.E. Ara Pantanal deveria ter implantado todo o sistema de tecnologia, informática e comunicação no estádio, mas não executou os serviços.

Com base na Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013), foi instaurado um processo administrativo de responsabilização em 2018 para apurar os danos financeiros gerados aos cofres do estado. A decisão final do processo foi publicada no Diário Oficial do Estado de quinta-feira, 14.

O Consórcio C.L.E Arena Pantanal, formado pelas empresas Canal Livre Comércio e Serviços Ltda e ETEL Engenharia Montagens e Automação Ltda, também foi sancionado com impedimento de licitar e contratar com o Estado de Mato Grosso por cinco anos, descredenciamento como licitante do sistema do aquisições Estado de Mato Grosso, também por cinco anos, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública por dois anos.

Essas penalidades terão efeitos sobre quaisquer licitações e contratos, inclusive nos casos de renovação, realizados por órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

Na instrução processual, ficou comprovado que o Consórcio e as empresas que o com-



Arena Pantanal: Consórcio C.L.E. Pagou propina para o ex-governador Silval Barbosa e para um ex-deputado e não cumpriu parte do contrato que previa a instalação dos sistemas de tecnologia em comunicação e informática no estádio. Condenação chega nove anos depois da entrega da obra



CADASTRO ÚNICO

Fortalecendo programas de Assistência Social, mais um mutirão é realizado em Várzea Grande

Para identificar essas pessoas, a Secretaria de Assistência Social de Várzea Grande, deu início no mês de junho, a busca ativa de beneficiário unipessoal

Da Redação

A secretaria de Assistência Social continua realizando nos bairros da cidade, o mutirão para atualização e regularização do Cadastro Único. A equipe responsável pelo cadastro estará realizando mais uma ação, desta vez no bairro Carrapicho, localizado na região do Grande Cristo Rei. A concentração será realizada no espaço da igreja Assembleia de Deus, localizada na Rua Montreal.

“O objetivo da ação é fazer a regularização das famílias que se encontram em descumprimentos das condicionalidades e com isso estão perdendo os seus benefícios. O Cadastro Único é uma importante ferramenta para a articulação da rede de promoção e proteção social e também um mecanismo fundamental para a integração das iniciativas de diversas áreas e em todos os âmbitos da federação que visam promover a inclusão social”, destacou a coordena-



A equipe responsável pelo cadastro estará realizando mais uma ação, desta vez no bairro Carrapicho, localizado na região do Grande Cristo Rei

dora do Programa Cadastro Único, Elizângela Ferreira Arantes.

Como explica a coordenadora, uma das linhas de atuação do Programa de Fortalecimento Emergencial de Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único de Assistência Social (PROCAD-SUAS), exige a atualização e regularização - permanentes - do CadÚnico, que deve servir de base

eficaz à “identificação e a caracterização das famílias de baixa renda ou vulneráveis à pobreza”.

Para identificar essas pessoas, a Secretaria de Assistência Social de Várzea Grande, deu início no mês de junho, a busca ativa de beneficiário unipessoal (aquele que está inscrito sozinho no cadastro), em ações que estão ocorrendo nos bairros além de visitas domi-

põem, reiteradamente, deixaram de prestar os serviços contratados ou os realizaram em especificações e prazos diferentes do que foi estabelecido. Mas, mesmo assim, foram remuneradas pela totalidade dos serviços contratados, o que gerou prejuízo ao erário no valor de R\$ 12.995.603,72.

Também ficou comprovado que o Consórcio reteve as senhas de acesso aos sistemas tecnológicos da Arena Pantanal na tentativa de coagir a administração pública a realizar pagamentos considerados não devidos pelo Estado. Nesse contexto, chegou a desativar sistemas que estavam em funcionamento há mais de um ano e que, inclusive, já estavam regularmente pagos pelo Estado.

Pela prática de inexecução contratual reiterada, o Estado rescindiu o contrato como Consórcio em novembro de 2019 e aplicou multa contratual no valor de R\$ 837.416,49. Vale destacar que as constantes inexecuções contratuais das empresas chegaram a resultar na formalização de Termo de Ajustamento de Conduta com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT) em 2018, visando à retomada e conclusão dos serviços do Contrato nº 026/2013/Secopa. Mas o objetivo não foi atingido, o que levou o TCE a rescindir o TAG em janeiro de 2023.

A instauração do processo administrativo de responsabilização foi fundamentada em indícios de autoria e materialidade contidos em auditorias realizadas pela CGE nos anos de 2014 e 2015 (a exemplo do Relatório de Auditoria nº 55/2015) e no acordo de colaboração do ex-governador Silval Barbosa.

Segundo delatou o ex-governador, o consórcio teria pago R\$ 1,7 milhão em propinas. O pagamento teria sido efetuado diretamente pelo empresário Rodrigo Santiago Frizo, representante do Consórcio C.L.E. Arena Pantanal. Desse total, R\$ 700 mil teriam sido entregues ao próprio Silval e R\$ 1 milhão teria sido destinado ao ex-deputado Romoaldo Júnior (MDB). O ex-governador e o ex-deputado são réus por peculato na Justiça.

No caso das acusações de pagamento de propina aos agentes públicos, no entanto, o Consórcio e as empresas que o compõem se livraram da condenação uma vez que o delator não apresentou provas suficientes. O contrato foi rompido em 2019.

As empresas ficarão proibidas de contratar com o Estado por cinco anos e serão declaradas “inidôneas” por dois anos, com a proibição de contratar com a administração pública. Essa última punição pode ser revertida se as empresas devolverem os valores cobrados pelo Estado.

ciliares. “No município estão cadastradas 20.777 famílias em situação de pobreza, e para atender a demanda apresentada, estamos realizando ações estratégicas em rede, para atualização cadastral e inserção de novas famílias”, destacou a coordenadora.

Elizângela Arantes ressalta a participação dos presidentes de bairros que tem atuado de forma eficaz no suporte que tem dado a Secretaria de Assistência Social com apoio logístico e também ajuda na divulgação das ações que são realizadas nas localidades, principalmente na convocação dos moradores para ação realizada no bairro. “As coordenadoras dos CRAS de cada região, entram em contato com os presidentes dos bairros para que eles indiquem o espaço adequado para a realização do cadastramento. Esse trabalho tem sido essencial uma vez que otimiza o tempo para a preparação da atividade no local onde a ação será realizada”.

A titular da Secretaria de Assistência Social, Ana Cristina Vieira lembra que o Cadastro Único é um instrumento que possibilita a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, podendo ser utilizado para diversas políticas e programas sociais voltados a este público.

“Por meio de sua base de dados, é possível conhecer quem são, onde estão e quais são as principais características, necessidades e potencialidades da parcela mais pobre e vulnerável da população. E é justamente esse trabalho que vem sendo feito em Várzea Grande. Uma das atribuições do Cadastro Único é fazer a busca ativa das famílias, neste programa estamos intensificando essa ação e de forma descentralizada”, completou.

Acesse:
www.tangaraonline



INCLUSÃO DIGITAL

Deputados aprovam Projeto de incentivo à educação tecnológica para idosos

Considerado um grande avanço nas políticas públicas para a população de maior idade de Mato Grosso, o projeto de lei 492/2021 foi aprovado pelo plenário da Assembleia Legislativa e aguarda sanção governamental

■ Da Redação

Acompanhar a evolução tecnológica, que acontece de forma cada vez mais acelerada, é um desafio, sobretudo, para os idosos. Com a finalidade de promover a inclusão digital dos mato-grossenses com mais de 60 anos, a Assembleia Legislativa aprovou, em segunda votação, o projeto de lei 492/2021, que cria política pública de incentivo e educação tecnológica para a terceira idade, denominada "Terceira Digital".

Entre os principais objetivos da proposta, constam: incentivar a terceira idade a utilizar as tecnologias novas, colaborar para a aprendizagem de utilização das ferramentas digitais e promover a inserção da terceira idade no mundo virtual.

Pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com a Offer Wise Pesquisas, mostrou que o número de pessoas com mais de 60 anos que usam a internet aumentou de 68%, em 2018, para 97%, em 2021.

Isandir Rezende, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Cedediipi-MT), afirma que a implementação de políticas públicas que promovam a inserção dos



Foto: Armandi Air Jaramin

embora o acesso à rede mundial de computadores esteja mais popularizado entre todas as faixas etárias, o manuseio das ferramentas tecnológicas ainda é um desafio enfrentado diariamente pelas gerações mais velhas

idosos ao mundo digital é de extrema relevância. "Esse projeto, sem dúvida, vem ao encontro dos anseios dessa população, que hoje é crescente no país. Trata-se de um processo necessário e que tem uma certa urgência, se considerarmos que cada dia mais a tecnologia vem avançando. Nós precisamos, sim, trazer o idoso para o mundo virtual e percebemos que ainda há uma exclusão, justamente pela dificuldade que ele tem de manusear, utilizar uma ferramenta, como o celular ou o controle da televisão", avalia.

O representante da categoria também destacou a criação, neste ano, do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, cujos recursos se-

rão liberados por meio de projetos, programas e atividades aprovados pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, como uma grande vitória da categoria, e frisou a importância da participação de pessoas capacitadas para lidar com as necessidades apresentadas pelos idosos.

"Com a criação do Fundo Estadual, nós, enquanto Conselho, temos condições e habilidades de buscar por recursos para contratação de pessoas capacitadas, porque o idoso vai repetir duas, três, quatro vezes as mesmas perguntas e essa dificuldade precisa ser compreendida por aqueles que vão

ministrar esses cursos. Então é preciso que haja um comprometimento também para selecionar pessoas que tenham a vocação com este segmento", diz.

Como exemplo de iniciativa para incentivar a inclusão digital da pessoa idosa, Isandir Rezende citou a criação de um aplicativo, pelo Sindicato Estadual dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindape), por meio do qual é possível fazer compras em diversos estabelecimentos com descontos. "Com o aplicativo, os idosos vão sendo incluídos no mundo digital e, ao mesmo tempo, nós mostramos para a classe empresarial que eles são clientes interessantes", acrescenta.

UFMT

Projeto de extensão desenvolvido desde 2022 pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) oferece aulas de informática para pessoas idosas. Sob a coordenação do professor doutor Raul Vitor Arantes Monteiro, do departamento de Engenharia Elétrica, o projeto já formou três turmas.

Durante as aulas, os alunos aprendem princípios básicos de hardware, pacote office (Word, Excel, PDF) e navegação segura na internet. Segundo o professor, as dificuldades apresentadas por eles são diversas, "desde assimilar o movimento do mouse com o movimento do cursor na tela do computador até a ligar e desligar a máquina". Em sua avaliação, a conquista da autonomia, por meio da inclusão digital, é de suma importância.

"No mundo digital de hoje, muitas vezes eles deixam de fazer alguma tarefa por não terem as habilidades necessárias. Geralmente tratados sem paciência, acabam por se sentirem excluídos da sociedade, de certa maneira. O curso traz uma nova vida e mostra que, com paciência e atenção, eles são capazes de aprender e conquistar sua autonomia. O que nossos alunos mais agradecem é a paciência que temos e a disposição em ensiná-los", relata.

MEIO AMBIENTE

MT tem poucos municípios habilitados a receber recursos do Fundo Amazônia

Pouco mais de 20 municípios se cadastraram para receber parte dos R\$ 600 milhões destinados ao combate ao desmatamento e queimadas

■ Da Redação

Os municípios de Mato Grosso que desejarem se candidatar aos recursos do programa "União com municípios pela redução do desmatamento e de incêndios florestais na Amazônia", custeado pelo Fundo Amazônia, precisam correr para se habilitarem. A última atualização da lista dos beneficiários no estado mostra que apenas 22 prefeitos mato-grossenses haviam aderido.

O Fundo Amazônia está destinando este ano R\$ 600 milhões para apoiar municípios no controle do desmatamento e de incêndios florestais. A condição para repasse de novos recursos será a redução da taxa de desmatamento e das queimadas.

O decreto foi uma das medidas apresentadas no Dia da Amazônia, em cerimônia no Palácio do Planalto. O presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, e a diretoria do Instituto participaram do evento. Outros anúncios incluíram a demarcação de duas novas Terras Indígenas (TIs), a criação e ampliação de três Unidades de Conservação (UCs) e a retomada da Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais.

Também estavam presentes o vice-presidente, Geraldo Alckmin, e os ministros Flávio Dino (Justiça), Sonia Guajajara (Povos Indígenas), Anielle Franco (Igualdade Racial), Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar) e Esther Dweck (Gestão e da Inovação em Serviços Públicos). A primeira-dama, Janja Lula da Silva, a presidente da Funai, Joenia Wapichana, a diretora socioambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Tereza Campello, e representantes da sociedade civil também estavam presentes.



Mato Grosso respondeu por mais da metade dos focos de calor registrados na Amazônia no primeiro semestre de 2023 e foi o responsável por 34% dos alertas de desmatamento na região

O presidente Lula disse que acredita que o Brasil ainda alcançará o índice zero de desmatamento ao anunciar a liberação de mais de R\$ 150 milhões da primeira etapa do programa de combate a queimadas e desmatamentos na região Amazônica

O programa "União com municípios pela redução do desmatamento e de incêndios florestais na Amazônia" destina cerca de R\$ 600 milhões, até 2025, para ações de monitoramento e controle, regularização fundiária e ambiental e atividades produtivas sustentáveis compatíveis com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm).

"Vamos destinar para municípios que, pelos seus indicadores recentes, são considerados prioritários no combate ao desmatamento e aos incêndios florestais. É importante trazer os prefeitos de cidades em todo o território amazônico para que a gente não os tenha como inimigos, mas parceiros na construção da Amazônia em pé que tanto desejamos", discursou o presidente Lula.

Os municípios receberão recursos proporcionais à redução de desmatamento e incêndios, segundo dados do sistema Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O ciclo anual é medido de agosto a julho do ano seguinte. A lista atualizada inclui 69 municípios prioritários. A primeira etapa do programa deverá transferir até R\$ 150 mi-

lhões, segundo resultado do Prodes de 2023, que será divulgado em novembro. O valor poderá chegar a R\$ 200 milhões em 2024 e a R\$ 250 milhões em 2025.

Para participar do programa, o município deve ter apoio formal do prefeito, do presidente da Câmara de Vereadores, de um deputado estadual, de um deputado federal e de um senador de seu estado — os parlamentares devem estar comprometidos com emendas orçamentárias.

No Estado, os municípios considerados prioritários são: Aripuanã, Bom Jesus do Araguaia, Cláudia, Colniza, Comodoro, Cotriguaçu, Feliz Natal, Gaúcha do Norte, Juara, Juína, Marcelândia, Nova Bandeirantes, Nova Maringá, Apiacás, Nova Ubiratã, Paranaíta, Paranatinga, Peixoto de Azevedo, Querência, Rondolândia, São José do Xingu e União do Sul.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, destacou que foi registrada uma queda de 66% da área sob alertas de desmatamento na Amazônia em agosto na comparação com o mesmo mês de 2022, segundo dados do Inpe, e destacou o compromisso do governo de zerar o des-

matamento até 2030. De janeiro a agosto houve redução de 48% em relação a igual período do ano anterior.

Investimentos

Já o BNDES lançou edital para destinar até R\$ 26,7 milhões em recursos não reembolsáveis para projetos de restauração de áreas degradadas e o fortalecimento de cadeias produtivas da bacia do Rio Xingu. Segundo Tereza Campello o edital representa o equivalente a mais de 2 mil campos de futebol restaurados.

Segurança química

Outro anúncio foi a recriação da Comissão Nacional de Segurança Química, extinta em 2019. Coordenado pelo MMA, o órgão é responsável por estratégias para a gestão ambientalmente adequada de substâncias químicas e seus resíduos. "Eu estou convencido de que nós vamos viver um momento de ouro nesse país quando a gente conseguir o desmatamento zero", disse Lula na solenidade de comemoração ao Dia do Meio Ambiente, no último dia 06, em Brasília.

Acesse:
www.anoticiamt.com.br

AnotíciaMT
 .com.br